
ECLESIALIDADE E CONSCIÊNCIA ECLESIAL DAS CEBs

Reflexões teológicas sobre algumas de suas práticas

Alvaro Barreiro, SJ
Belo Horizonte

INTRODUÇÃO: Importância, delimitação e divisão do tema

A eclesialidade é uma questão de vida ou morte para as CEBs. Teologicamente, a eclesialidade não é simplesmente parte integrante do nome "comunidades eclesiais de base"; é constitutiva de sua própria essência(1). O tema sobre o qual vamos refletir neste artigo é, portanto, de decisiva importância, em particular para o papel que as CEBs estão desempenhando e estão chamadas a desempenhar na Igreja e na sociedade.

Neste estudo limitamos nossa análise a duas práticas intra-ecclesiais nas quais a eclesialidade e a consciência eclesial das CEBs se revelam de maneira privilegiadamente significativa. Um estudo mais completo do tema exigiria estender a reflexão teológica a outras formas de comunhão e de participação intra e extra-ecclesiais habituais nas CEBs, através das quais também se edifica a Igreja e se amplia e aprofunda a consciência eclesial. Não podendo, por falta de espaço, desenvolvê-las todas, queremos acenar pelo menos a duas delas, pertencentes ao âmbito intra-ecclesial e praticadas por todas as CEBs, devido à importância que elas têm, embora não nos seja possível documentar aqui as afirmações que vamos fazer a seu respeito. As duas práticas a que nos estamos referindo são: a leitura e a meditação comunitárias da Palavra de Deus e a prática da comunhão entre as CEBs de um mesmo lugar ou região, podendo esta região abranger uma ou várias Igrejas locais.

A leitura comunitária da Bíblia, tal como é praticada nas CEBs, é criadora de comunidade. Fato que não deveria surpreender,

(1) Neste estudo referimo-nos sempre às CEBs do Brasil, que são as que conhecemos; achamos, porém, que as reflexões que se seguem são igualmente válidas para as comunidades do mesmo tipo existentes em outros países da América Latina, onde freqüentemente são chamadas "comunidades cristãs de base". A afirmação que acabamos de fazer no texto aplica-se também a estas últimas porque segundo o testemunho de todo o Novo Testamento, não existe fé cristã que não seja eclesial; a dimensão comunitária é, com outras palavras, constitutiva da fé cristã.

pois a Bíblia é, ela mesma, uma criação comunitária: "criada pela comunidade e para a comunidade"(2). Todas as CEBs são, **fundamentalmente, ecclesiae verbi**, "Igrejas da palavra", porque a Palavra de Deus — e a resposta a ela na fé, na esperança, no amor e no serviço — é o vínculo que une mais fundamentalmente cada uma das pequenas comunidades e umas com as outras. Na eclesiologia patrística, a comunhão na mesma Palavra é uma das duas formas fundamentais em que se realiza visivelmente a Igreja como *koinonía* (a outra é a comunhão eucarística)(3). Da grande maioria das CEBs podemos afirmar ainda que elas são **ecclesiae verbi** também **fundacionalmente**, porque nasceram como grupos reunidos em torno da Palavra de Deus e cresceram como pequenos grupos eclesiais ouvintes da Palavra(4).

Um estudo teológico mais abrangente da eclesialidade das CEBs exigiria ainda, e sobretudo, uma análise das formas de comunhão das CEBs entre si e com a Igreja local, prática esta fundamental para a preservação, aprofundamento e expressão da sua consciência eclesial. A concepção da Igreja como "comunhão de comunhões", e o seu exercício prático, tem a seu favor todo o peso da tradição da Igreja Antiga. À luz da categoria patrística da *Ecclesia Mater*, por exemplo, seria fácil mostrar que as formas de comunhão e participação praticadas nas CEBs são uma versão, atualizada mas radicalmente fiel, da autocompreensão e da auto-realização da Igreja dos três primeiros séculos.

Não obstante as limitações assinaladas, pretendemos oferecer uma contribuição ao estudo da eclesialidade e da consciência eclesial das CEBs, abordando-a em duas direções diferentes. Nas duas primeiras partes do artigo, de caráter mais positivo e sistemático,

-
- (2) Sobre este aspecto, ver: G. RUIZ, *La Biblia, obra del pueblo*, em Sal Terrae, 1977, pp. 83-92; *La Biblia, creadora de comunidad*, *ibid.*, 1979, pp. 243-253; ver também o pequeno mas precioso folheto de C. MESTERS, *A Bíblia, livro feito em mutirão*, Ed. Paulinas, São Paulo 1982; para uma apresentação mais ampla e pormenorizada, porém acessível, pode consultar-se D. ARENHÖVEL, *Assim se formou a Bíblia. Para você entender o Antigo Testamento*, São Paulo 1978.
- (3) Ver. T. STRAMARE, "*Mensae duae*": *studio biblico patristico su s. Scripturae ed Eucaristia*, em *Seminarium* 18 (1966) 1020-1034.
- (4) As palavras com que começa a Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a Revelação Divina: "Dei verbum religiose audiens...", aplicadas à Igreja reunida em Concílio, podem aplicar-se também com toda verdade às CEBs.

pretendemos demonstrar que a eclesialidade das CEBs é uma realidade vivida através de duas práticas que, em grau e em formas variadas, estão presentes em todas elas. Estas duas práticas de comunhão intra-ecclesial são a **oração em comum** e a **celebração do culto**. A abordagem do tema da eclesialidade das CEBs na terceira parte do artigo terá características e estilo diferentes. Partimos do fato do questionamento dessa eclesialidade que é feito em certos meios, sobretudo fora do âmbito da Igreja "institucional" mas às vezes também dentro dela. Constatado o fato do questionamento ou da negação da identidade eclesial das CEBs, procuramos, em primeiro lugar, chegar às raízes dessas críticas e, para responder a elas, procuramos mostrar a **relação existente entre a missão evangelizadora das CEBs e a Igreja**. A natureza desta relação demonstra, embora por outro caminho, a identidade eclesial das mesmas CEBs. As reflexões desta terceira parte têm, premeditadamente, um caráter mais geral e livre. Mas, a nosso ver, não por isso contêm uma força demonstrativa menor do que as "provas" aduzidas nas duas primeiras partes.

Com as explicitações que acabamos de fazer, já está apresentada a divisão do presente estudo. Passamos agora a desenvolver cada uma de suas partes.

1. A oração em comum e a eclesialidade das CEBs

Os pequenos grupos que formam as CEBs reúnem-se, em regra geral, semanalmente(5). Pelo fato mesmo de se reunirem, são já Igreja no sentido literal da palavra (*Ecclesia, id est convocatio*). Os membros das CEBs estão reunidos em *ekklesia* porque foram "con-vocados", "con-gregados". Os cristãos assim reunidos, mesmo

(5) O número de participantes oscila de um lugar para outro. Em alguns lugares gira em torno de 10-12 pessoas; em outros, os grupos são maiores, entre vinte e trinta pessoas, mas raramente estão todos presentes. Há lugares em que se dá o nome de CEBs a grupos muito mais numerosos, de cem ou mais pessoas, de um mesmo bairro ou região. É claro que as dinâmicas seguidas nas reuniões variarão de acordo com o número de participantes. Convém notar ainda que existem muitos outros grupos do mesmo estilo dos que formam as CEBs e que se autodenominam com outros nomes: "círculos bíblicos", "grupos de Evangelho", "grupos de reflexão", "grupos de oração" etc. Quando estes grupos, porém, realizam nas suas reuniões e nas suas práticas extra-ecclesiais as mesmas formas de comunhão e de serviço, também estes grupos são verdadeiras CEBs e como tais eles se autocompreendem.

num pequeno grupo de uma dúzia de pessoas, têm consciência de que são a Igreja auto-realizando-se, de que são a Igreja acontecendo como acontecimento salvífico. A dinâmica das reuniões expressa e reforça esta autoconsciência de auto-realização da Igreja. O que acontece, o que se pratica nessas reuniões é o que constitui o cerne mesmo da existência eclesial: a **comunhão**.

Uma das práticas privilegiadas desta comunhão é a **oração**. Nas reuniões dos pequenos grupos das CEBs reza-se sempre e reza-se muito. Reza-se no começo, no meio e no fim. A reunião toda está envolvida numa atmosfera de oração, expressada de diversas formas. O povo que conservou as tradições do catolicismo sempre rezou muito, e continua rezando, individualmente. Também nas práticas religiosas, romarias, etc, a oração ocupa um lugar central. O que ocorre de novo nas CEBs é que a oração pessoal é expressada comunitariamente. A **dimensão comunitária** da oração, tal como ela se dá nas CEBs, é um **fato novo**. A fé do povo que forma as CEBs — fé entendida no seu sentido bíblico profundo de confiança ilimitada em Deus, busca da fidelidade à sua vontade, agradecimento, louvor, etc — é expressada comunitariamente. Mesmo as formas tradicionais de **oração vocal** (terço, novenas, ladaínhas etc), que continuam sendo muito cultivadas nas CEBs, são praticadas com uma consciência muito maior de sua dimensão comunitária.

Nas reuniões das CEBs é também muito praticada a oração na forma de **preces comunitárias**. Como o próprio nome está a indicar, elas são uma forma privilegiada de expressar e aprofundar a consciência eclesial e de realizar a comunhão eclesial, de viver a "comunhão dos santos". Nestas preces, feitas de maneira espontânea, predominam os pedidos e os agradecimentos. Podemos constatar que à medida em que uma comunidade vai amadurecendo na sua vida de fé, as orações de ação de graças durante as celebrações vão aumentando, até predominar sobre os pedidos. A oração de petição continua a ocupar, contudo, um lugar central nas reuniões das CEBs. Pede-se muito a Deus pelos irmãos. São preces nascidas realmente do amor; não são um rito formal. Quando alguém ora pelos outros, está realmente querendo, suplicando, implorando "com todo seu coração, com toda sua alma, com todas suas forças", que seja concedido aos irmãos aquilo que para eles é pedido. Esta oração é sempre eficaz porque ela edifica a comunidade, une-a na fé, na esperança e no amor. A comunhão eclesial assim expressada através da oração é fruto e ao mesmo tempo expressão da consciência eclesial: cada um sabe-se envolvido, carregado, amado pelos outros.

O povo simples que forma as CEBs gosta muito de cantar. São

cantados cantos antigos, tradicionais, e cantos novos, que, em geral, explicitam mais a dimensão social da fé(6). Não todos são igualmente ricos e inspirados na letra e na música, mas o povo descobre neles os conteúdos essenciais de sua fé; identificando-se comunitariamente com eles, louva e pede perdão, suplica e implora. Os cristão que participam das CEBs oram literalmente de peito aberto, extravasando suas alegrias e seus sofrimentos, suas preocupações e suas esperanças. Quando a gente ouve o povo das CEBs cantar, verifica a verdade de velho axioma: "Quem canta reza duas vezes".

A consciência que se vai formando e aprofundando nas reuniões das CEBs não é uma consciência de conventículo ou seita, mas uma consciência verdadeiramente eclesial. Sua oração não conhece fronteiras: reza-se pela Igreja universal e pelo papa, pela Igreja local e pelo bispo, pela paróquia na qual a CEB está inserida; reza-se pela paz do mundo, pelas vítimas das guerras, das injustiças, das catástrofes naturais; reza-se pelos pobres, pelos doentes, pela conversão dos pecadores; reza-se nominalmente pelas pessoas conhecidas: parentes, amigos, membros da comunidade.

A oração praticada pelos membros das CEBs é de uma grande simplicidade e, por isso mesmo, de uma grande autenticidade evangélica, visivelmente pervadida por uma confiança ilimitada e por um amor humilde mas incandescente. Na sua "pobreza", no seu estilo simples, repetitivo, às vezes balbuciante, transparece sua profundidade mística e sua paixão profética. Também a oração de Ana, quando se aproximou de Deus no santuário de Silo, vergada pelo excesso de suas preocupações e de sua pena, era uma oração repetitiva e trêmula, ocasião de escárnio para o sacerdote Eli que a considerou bêbada. Mas ela foi agradável a Deus que lhe concedeu o filho que ela lhe suplicava. Foi uma oração eficaz (1 Sm 1).

Esta mesma profundidade, densidade e autenticidade da oração dos membros das CEB que se manifesta nas reuniões dos pequenos grupos manifesta-se também nas grandes assembleias reunidas para a celebração do culto por ocasião dos encontros intereclesiais de comunidades de base(7). A Igreja reunida nessas grandes as-

(6) Uma amostra atual dos cantos das CEBs pode ver-se nos textos de cantos que foram divulgados, acompanhados de fitas, por ocasião do IV encontro intereclesial de CEBs realizado em Itaici, SP, em abril de 1981.

(7) Estas celebrações serão analisadas mais detidamente logo mais, na segunda parte deste trabalho.

sembléias é realmente uma "Igreja orante". Não só no momento das orações espontâneas, sejam elas de súplica ou de ação de graças, mas ao longo de toda a ação litúrgica (ou paralitúrgica). O coordenador da oração comunitária dos fiéis reunidos em "assembléia", isto é, em Igreja, não é um burocrata do culto nem muito menos um *show-man*. É um fiel que confessa sua fé e vai conduzindo a comunidade toda, com uma grande simplicidade, sem afetação nem artificialismo, a professar, pública e co-ordenadamente, sua fé, na simplicidade e na alegria. Nestas celebrações respira-se literalmente, uma atmosfera de oração. Afirmar que para esses homens e mulheres a oração é a respiração mais profunda de suas vidas não é uma frase feita nem uma frase de efeito; é uma metáfora que expressa uma realidade visível e palpável. A oração dos membros das CEBs é a expressão, manifestada comunitariamente no meio dos irmãos, do que constitui para eles a realidade última, as realidades mais decisivas e mais sentidas de sua vida. Por isto sua oração é feita de ação de graças, de pedidos de ajuda para toda sorte de necessidades e sofrimentos (sobretudo dos outros); de súplicas de perdão, de desejos e promessas de seguir Jesus Cristo, de testemunhos sobre as práticas desse seguimento.

São, portanto, gratuitas, sem fundamento (ou, mais exatamente, com "fundamento" ideológico), as acusações segundo as quais nas CEBs se daria uma politização e ideologização da fé. Quem participar das reuniões das CEBs constatará, sem deixar lugar a dúvida, que os seus participantes oram muito mais, quantitativa e qualitativamente, do que os que se arvoram em defensores da "espiritualidade" acusando as CEBs de trair a missão essencialmente "religiosa" e "espiritual" da Igreja.

A vida de oração das CEBs é um dom tão precioso para sua identidade eclesial e portanto para sua vida cristã, que nenhuma preocupação por sua preservação, aprofundamento e amadurecimento será excessiva. Pressupondo, é claro, que essa preocupação nasça de um amor eclesial, lúcido e discernido, e não da desconfiança ou do medo com relação às CEBs; desconfiança e medo porque, consciente ou inconscientemente, vê-se nelas uma ameaça às "tradições religiosas" ou a outros interesses mais materiais. Neste contexto julgamos oportuno resumir e comentar, na ótica do tema que estamos tratando (ainda que o resumo mais o comentário sejam um pouco longos), um texto breve, porém rico e questionante, de Frei Betto que "trata do lugar e da importância da oração (pessoal e comunitária, mística e litúrgica) na vida dos agentes e de suas implica-

ções políticas”(8). O texto, como acabamos de dizer, está diretamente destinado aos agentes de pastoral comprometidos com a evangelização popular, mas as reflexões nele desenvolvidas são também, a nosso ver, de grande importância para as CEBs, dada a influência que aqueles exercem sobre estas.

Logo no início Frei Betto pergunta-se se os agentes de pastoral não “estariam estabelecendo, nas CEBs, a defasagem entre consciência política e relação pessoal e comunitária com Deus”. A pergunta não é retórica. Ela é fundamental porque parte do pressuposto de que “a síntese entre vida de fé e compromisso político só é possível quando a prática pastoral é sustentada, realimentada, enraizada e refletida numa outra prática que assegura o caráter e a profundidade evangélica da primeira — a vida de oração”(9).

As reflexões que o autor faz em seguida ajudarão a compreender as dificuldades de realizar a mencionada síntese. Na vida de oração dos agentes, na forma de concebê-la e de praticá-la, houve, como em outros âmbitos da vida eclesial, profundas mudanças durante os últimos vinte anos. Isto é um fato. É também um fato que a perda das antigas estruturas e formas de oração “deixou alguns agentes inseguros quanto à disciplina de oração”(10). A perda das antigas estruturas de apoio, por um lado, e as novas formas de vida dos agentes inseridos nos meios populares, por outro, “fazem com que, muitas vezes, a oração — pessoal ou comunitária — fique relegada a um momento raro e, quase sempre, discursivo. Não se experimenta a profundidade teológica do diálogo com Deus. Faz-se da oração uma reflexão. Em celebrações comunitárias abundam comentários eivados de racionalidade política que, se por um lado encarnam o Evangelho na realidade, por outro correm o risco de não abrir espaço para que o Espírito ressoe nos corações, na linguagem de amor que dispensa idéias e figuras”(11).

Mais adiante Frei Betto apresenta, de modo breve e lúcido, os dois extremos que devem ser evitados pelo agente de pastoral nas celebrações litúrgicas: a posição extremada do “proselitismo político” que, irrompendo hegemonicamente no espaço religioso, interfe-

(8) Frei BETTO, *Oração, uma exigência (também) política* (Mímeo de 8 pp., reproduzindo uma palestra pronunciada no IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento) neste ano, s/d mais exata).

(9) *Ibid.*, p. 1.

(10) *Ibid.*, p. 2.

(11) *Ibid.*

re na celebração do Mistério perturbando ou impedindo a experiência da comunhão com Deus; no outro extremo, a posição, não menos nefasta, do dualismo entre "espiritualidade" e "política" que corre o risco de fazer celebração "um rito mecânico de legitimação da dominação social"(12).

A articulação das novas formas de prática pastoral com a vida de oração é um problema. Um problema difícil. Mas é absolutamente necessário resolvê-lo. "A Igreja dos pobres, se quer resgatar toda a Igreja, terá inevitavelmente que restaurar também os elementos essenciais da vida cristã e da identidade eclesial, como a liturgia e a experiência mística"(13). Enquanto não se der uma articulação integradora, perdurará nas CEBs o mal-estar causado pelo dualismo entre práticas pastorais novas e formas de piedade antigas, entre discurso político avançado e formas de celebração de culto tradicional(14).

Nosso resumo comentado das reflexões de Frei Betto poderia continuar, mas seria longo demais. Encerremo-lo com uma reflexão final cuja elaboração é de nossa inteira responsabilidade.

O que dá identidade última às CEBs é a vida de oração, a experiência de Deus, a adesão a Jesus Cristo, alimentada incessantemente pelo seu Espírito, na obediência ao plano do Pai. A vida de oração, privada e pública, e tudo o que daí decorre: aprofundamento catequético e teológico da fé, participação sacramental exigida por essa fé como sua expressão pública *ad intra*, seguimento de Jesus Cristo, fidelidade às moções do Espírito, anúncio explícito dessa mesma fé *ad extra*, testemunho dela na vida cristã cotidiana etc. Se não for preservada e incessantemente alimentada esta raiz teológica das CEBs, elas murcharão a médio ou longo prazo. Ou então se converterão no que Frei Betto denomina "cristandade às avessas" ou, no outro extremo, numa "neocristandade". É certo que nenhuma destas duas escapatórias tem futuro.

2. As celebrações do culto e a eclesialidade das CEBs

O termo *ekklesia* é usado no Novo Testamento para significar quer a **comunidade local** (este é o sentido do termo na imensa maioria dos casos), quer a **Igreja universal**, quer a **assembléia cultural**. Estes três sentidos não estão separados em compartimentos estanques mas são complementares. Cada um deles exige a abertura para os

(12) *Ibid.*, p. 3.

(13) *Ibid.*

(14) Ver *Ibid.*

outros. A Igreja universal, que é una e única, torna-se visível, existe e realiza-se historicamente, na Igreja local, e esta adquire seu grau máximo de densidade como Igreja na assembléia cultural(15).

"A Igreja somos nós", ouve-se como um eco por todas as CEBs. A palavra "Igreja" volta a significar, como no Novo Testamento, na patrística e na liturgia dos primeiros séculos, os fiéis reunidos em assembléia, a comunidade dos fiéis, a Igreja de "pedras vivas", o "edifício espiritual" (1 Pd 2, 5) e não primariamente edifício material onde se reúnem os cristãos(16). Expressão desta consciência é o fato de que os lugares usados para a celebração do culto das CEBs são, além da igreja matriz e das capelas, salões comunitários, galpões, escolas, as próprias casas dos membros das CEBs ou os quintais das mesmas, terrenos baldios nos bairros ou o campo aberto à sombra das árvores.

Na Igreja Antiga havia um consenso geral, que se prolonga até a Idade Média, sobre a definição nominal da Igreja(17): a **Ecclesia** é a **con-vocatio**, a **con-gregatio**, a **communio fidelium**, isto é, a comunidade dos fiéis. Esta concepção da Igreja expressava-se no rito do batismo. No momento em que os "convocados" passavam a fazer parte da Igreja faziam publicamente sua profissão de fé; e ao recitar o **Credo**, o eu singular do "eu creio" era inserido no plural do nós comunitário. A liturgia é um ato da Igreja, é a Igreja em ação; e a Igreja é essencialmente comunidade, ela é o "nós" dos batizados(18).

À luz destes rápidos acenos à autocompreensão da Igreja Antiga, para a qual o sujeito de toda ação litúrgica é o "nós" da comunidade, compreenderemos facilmente por que a liturgia é lugar privilegiado de formação da consciência eclesial.

(15) Ver os estudos já clássicos de J. A. MÖHLER, *Die Einheit der Kirche oder das Prinzip des Katholizismus. Dargestellt im Geiste der Kirchenväter der drei ersten Jahrhunderte*, hrsg. v. J. R. GEISELMANN, Köln, 1956; K. L. SCHMID, verbete *Ekklesiá*, em ThWzNT III (1938) 502-539; O. LINTON, verbete *Ekklesiá*, em RAC IV (1959) 905-921.

(16) Ver Y. CONGAR, "*L'Eglise ne sont pas les murs, mais les fidèles*", em *Sacerdoce et laïcité* ("Cogitatio Fidei", 4), Paris 1965, pp. 295-303.

(17) Como é sabido, os "tratados" de eclesiologia só começaram a ser elaborados no fim da Idade Média. Na época patrística, a Igreja não era definida formalmente; ela era uma realidade vivida, praticada, mais do que sistematicamente refletida.

(18) Ver o *Préface* de Y. CONGAR à tradução francesa da obra de K. DELAHAYE *Ecclesia Mater chez les Pères des trois premiers siècles*, Paris, 1964, pp. 8-32, aqui p. 16; "A liturgia antiga não conhece um 'eu' separado do 'nós' comunitário" (*Ibid.*, p. 13 e passim).

Mas a liturgia forma também a consciência eclesial por causa de outra característica que lhe é inerente e que poderíamos denominar "catolicidade intensiva" ou, usando uma expressão de Y. Congar, "lei da totalidade". Sendo "ao mesmo tempo pessoal e comunitária, hierárquica e popular, dogmática e poética"(19), a celebração litúrgica é essencialmente síntese, celebração que engloba a vida toda.

Esse caráter de totalidade da celebração litúrgica manifesta-se com uma força e ao mesmo tempo com uma espontaneidade impressionantes nas celebrações das CEBs. Sem dúvida, a razão fundamental deste fato está na profunda religiosidade, no sentido de Deus que têm os seus membros. Para eles, a fé é a que dá unidade à sua visão da vida, de toda a realidade. Por isso encontram tanta facilidade e tanta alegria, em celebrar a vida, em todos os seus aspectos, sem dualismos, no culto. O sentido de totalidade de que falávamos manifesta-se não só do ponto de vista do objeto da celebração, do que é celebrado: a vida toda, em todas as suas dimensões, que é envolvida, unificada, re-unificada na visão unitária da fé. O caráter de totalidade ou de "catolicidade" da celebração litúrgica manifesta-se também do ponto de vista do sujeito da celebração que é, como dissemos, a Igreja toda. Nas celebrações das CEBs este sujeito comunitário emerge, em algumas celebrações poderíamos até dizer que explode, como tal. Toda a riqueza de fé e de esperança, de solidariedade e de fraternidade, numa palavra: de comunhão, faz-se visível, audível e palpável na comunidade reunida em "assembléia", como "Igreja". Assim como na leitura-escuta comunitária da Palavra de Deus, tal como é praticada nas CEBs, podemos dizer que se dá uma busca comum ou coletiva(20) da verdade, podemos dizer também que nas suas celebrações litúrgicas dá-se "uma espécie de socialização das atividades pelas quais se comunica a salvação"(21).

A celebração do culto tal como se dá nas CEBs é, portanto, momento privilegiado para a formação e aprofundamento da consciência eclesial. Nesse momento é proclamada e comunicada publicamente toda a riqueza de vida cristã da comunidade, uma riqueza

(19) *Ibid.*, p. 11.

(20) Usamos este termo no sentido de que lhe dão os Santos Padres quando definem nominalmente a Igreja como *Collectio fidelium*.

(21) A expressão é usada por Y. CONGAR, *loc. cit.*, p. 12, ao comentar a eclesiologia dos Padres dos três primeiros séculos. Também neste ponto, portanto, as CEBs estão enraizadas na mais autêntica tradição da Igreja.

que é sempre maior que a fé, a esperança e o amor de cada fiel considerado individualmente. A Conferência de Medellín atribui à "comunidade cristã de base" a responsabilidade "pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto, que é sua expressão"(22). Quando as CEBs se reúnem para celebrar o culto, estão dando resposta a este voto, estão exercendo esta responsabilidade. O processo de formação da consciência eclesial, no caso através da celebração do culto, é um processo lento e difícil, mas ele vai penetrando cada vez mais profundamente num número cada vez maior de CEBs, que, deste modo, vão edificando a Igreja, tornando-a, cada dia mais, Igreja "de pedras vivas"(23).

Já nas reuniões dos pequenos núcleos que formam as CEBs estão presentes os elementos fundamentais do culto cristão: leitura e meditação da Palavra de Deus, oração, cantos etc, por uma parte, e a comunhão fraterna, a entrega da própria vida a Deus e aos irmãos no seguimento de Jesus Cristo, por outra parte. Mas onde a consciência de ser Igreja adquire maior visibilidade e densidade é, obviamente, nas celebrações maiores que reúnem vários grupos, constituindo uma única assembléia cultural.

O grau de comunhão e participação varia muito de umas comunidades para outras. Às vezes(24) na sede da paróquia formam-se grupos de CEBs que celebram "seu próprio culto semanal em casas particulares ou salas de escola, lugares pequenos e pobres". O templo não tem mais a mesma função de antes: "abre-se apenas para celebrações ocasionais: algumas missas de sétimo dia, as missas de preceito — sábado e domingo à noite — quando o vigário está presente na sede". Não basta, porém, uma nova reestruturação exterior. É necessário também um novo espírito. É o que se constata neste exemplo. Ao contrário do que acontece com as comunidades — dez

(22) Documento sobre *Pastoral de Conjunto*, nº 10.

(23) Dentre os muitos depoimentos que poderiam ser citados a este respeito, escolhemos estes dois: "A Igreja é nossa e nós é quem assume todos os trabalhos daqui menos missas, batizados e casamentos. O povo já está começando vê que o importante não é o padre assumir as coisas e sim o povo do lugar" (Comunidade de Alhandra, PB, citado em SEDOC, out. 1978, col. 274); "A Igreja não é só do padre, porque é de toda a comunidade que já está levando nos ombros a sua fé e a sua religião" (Comunidade de Fazenda Retirada, PB, citado *ibid.*, col. 263).

(24) Ver o relatório da Comunidade de Barreirinhas, MA, em SEDOC, nov. 1976, col. 526-526, de onde estão tomadas as frases entre aspas no nosso texto.

vezes mais numerosas — da mesma paróquia no campo, as celebrações da matriz caracterizam-se por seu estilo formal. Não há participação verdadeiramente comunitária. A celebração do culto continua sendo, agora em grupos menores, um lugar de refúgio no meio do "sofrimento da miséria cotidiana". Não se celebra verdadeiramente a vida. Fazem-se os gestos cultuais e recitam-se as fórmulas de oração consagradas, mas não se faz a integração do culto com a vida cotidiana, a qual, a não ser pelo sofrimento que ela traz, fica fora do culto. O que falta nas reuniões semanais destes grupos é o espírito de criatividade e de originalidade. O presidente do culto é uma espécie de mini-padre que copia o que pode copiar, que repete de maneira diminuída e inautêntica, as fórmulas, as atitudes e os gestos do sacerdote no templo.

Nas CEBs do interior da mesma paróquia "os participantes habituais do culto acostumaram-se a reunir-se também para desempenhar outras atividades comuns: círculos bíblicos, catequese, organização de sua vida cultural e econômica. No entanto, colocaram sempre o culto como ponto central: era o gesto primordial, essencial e até em algumas CEBs sua única atividade específica"(25). Sublinha-se aqui o lugar central que ocupa a celebração do culto na consciência eclesial destas CEBs. Não se trata neste caso de um culto alienante, mas de um "culto agradável a Deus" porque ele se prolonga na vida, chegando a transformar as relações sociais e econômicas no âmbito dessas CEBs; transformação certamente limitada, porque elas não têm poder de decisão nos centros de poder mais abrangentes dos quais dependem. Mas mesmo no caso destas comunidades o processo de aprofundamento da consciência eclesial, e da criatividade que lhe é inerente, tem que continuar. O padre que elaborou o relatório que estamos citando acrescenta: "Inconscientemente talvez, querendo ou não, impuseram como dominante a figura de um representante do padre, à semelhança deste"(26).

As paróquias, sejam elas rurais ou suburbanas, que optaram pelas CEBs como sua forma fundamental de estruturação e de sua missão evangelizadora, não são mais vistas como a soma da matriz mais as capelas, mas como uma "comunhão de comunhões", na linha da eclesiologia da época patrística. A Igreja matriz deixa de ser o centro que sufoca e mata a iniciativa, a criatividade e a originalida-

(25) *Ibid.*, col. 532-533.

(26) *Ibid.*, col. 533.

de das comunidades periféricas e passa a ser o lugar de encontro e de comunhão, de integração e de irradiação de todas as comunidades(27). Esta reestruturação opera-se num processo dialético: de um lado é fruto de uma nova concepção, ou mais exatamente: de uma re-descoberta da Igreja; de outro lado, essa reestruturação é formadora de uma nova consciência eclesial. Numa correta visão teológica da Igreja, com efeito, não pode existir uma comunidade que esteja, por princípio, acima das outras e da qual estas dependam. Todas as comunidades eclesiais situam-se, como tais, no mesmo pé de igualdade fundamental, e são igualmente responsáveis — cada uma à sua maneira — pela comunidade maior, na qual estão organicamente inseridas formando um mesmo e único corpo que é o Corpo de Cristo. Nos casos a que nos estamos referindo, a “matriz” passa a ser vista como o que ela é no seu significado etimológico: o lugar onde se faz a experiência da *Ecclesia Mater*, da Mãe comum de todos; ou, vendo a mesma realidade deste o outro ângulo, o lugar onde se faz a experiência da fraternidade cristã.

Nesta visão e nesta prática da Igreja, cada CEB tem uma vida eclesial e litúrgica própria, que desenvolve a seu feitio e segundo seu ritmo próprio, e não como uma “filial” que recebe da “matriz” instruções ou programas já feitos para serem executados(28). Por outro lado, onde as condições de proximidade geográfica, a convergência de rumo na caminhada, o nível de consciência atingido etc, o permitirem, é muito importante para visibilidade sacramental da comunhão eclesial que as comunidades “periféricas” se reúnam na “matriz” ou em outro lugar apropriado para celebrar juntas, em primeiro lugar a Eucaristia no dia do Senhor (com a frequência: semanal, quinzenal, mensal... que for possível e aconselhável), mas também para a celebração de outros sacramentos e de outras celebrações litúrgicas ou paralitúrgicas: Natal, Semana Santa, festa do padroeiro, novenas e vias sacras, dias de estudo e/ou oração etc. O significado eclesial, a importância destas celebrações para a prática

(27) Ver *ibid.*, col. 558.

(28) Na Comunidade da Ressurreição, em Vitória, ES, “não há matriz, mas comunidades iguais, autônomas. Há pluralismo de comunidades, cada uma se desenvolvendo a seu feitio (...). Não há igrejas. Os locais de culto são os locais de encontros, cursos, festas etc” (SEDOC, maio 1975, col. 1127); na comunidade paroquial de Itacibá, ES, “cada comunidade tem vida eclesial e litúrgica própria, convergindo para a ‘sede’ apenas para a liturgia batismal e matrimonial e noutras especiais ocasiões” (SEDOC, nov. 1976, col. 550; ver também os três parágrafos seguintes).

da eclesialidade e para a formação da consciência eclesial das CEBs é uma realidade que elas mesmas experimentam sempre, por ocasião destes encontros, como uma realidade nova, na alegria e na ação de graças. O significado eclesial destas celebrações impressiona ainda mais, pelo efeito do contraste, quando se compara a celebração do culto numa mesma paróquia antes e depois da criação das CEBs. É verdadeiramente impressionante ver a diferença que há entre uma matriz enorme, mas praticamente vazia, com duas dúzias de mulheres na frente e meia dúzia de homens no fundo da igreja, todos em silêncio, e a mesma matriz celebrando a mesma Eucaristia (na realidade não é a mesma), no mesmo dia do Senhor, quatro ou cinco anos depois. A igreja agora está literalmente repleta de Povo de Deus: homens e mulheres, adultos e jovens, velhos e crianças; vindos de todos os cantos da paróquia, irmanados na fé comum, e expressando essa fraternidade nas orações e nos cantos; nas atitudes, nos gestos e nos movimentos; expressando a mesma esperança, a mesma coragem, a alegria comum ao partilhar, com meios de comunicação tipicamente populares (faixas, cartazes, encenações etc), os projetos, as alegrias e os sofrimentos, as vitórias e as derrotas das histórias de suas vidas.

A consciência eclesial das CEBs expressada na celebração do culto manifesta-se, obviamente, com uma força e uma riqueza muito maiores nas celebrações litúrgicas que reúnem um grande número de CEBs, ou de representantes delas, por ocasião dos encontros intereclesiais de toda uma diocese, de uma região mais ampla ou até do país inteiro. São conhecidas as assembléias de CEBs realizadas periodicamente em algumas dioceses (Vitória, Goiás, Marabá etc). Por razões de espaço vamos nos limitar aqui a um breve comentário da liturgia dos quatro encontros intereclesiais de CEBs providas do Brasil todo, realizados entre 1975 e 1981. Nossa análise apoia-se nos relatórios-crônicas desses encontros e focaliza exclusivamente a manifestação e aprofundamento da consciência eclesial(29).

(29) No I Encontro, realizado em Vitória, ES, durante os dias 6, 7 e 8 de janeiro de 1975, havia 70 participantes, representando CEBs de somente 6 estados. Os relatórios e as reflexões teológico-pastorais sobre eles foram publicados no SEDOC de maio de 1975. No II Encontro, realizado também em Vitória, de 29 de julho a 1º de agosto de 1976, metade dos 100 participantes eram membros das CEBs, representando 31 Igrejas particulares (Ver a crônica deste Encontro de J. B. LIBÂNIO, Igreja: Povo que se liberta, em Síntese NF, julho/dez. 1976, pp. 117-130, esp. 126-128). No III Encontro, realizado em João Pessoa, nos dias 19 a 23 de julho de 1978, 2/3 dos 200 participantes representavam 53 CEBs, providas de 46

Na perspectiva do tema que estamos estudando poderíamos sublinhar como notas mais marcantes dos mencionados encontros as seguintes: a intensidade da **participação** e a profundidade da **comunhão**; a autenticidade da **celebração sacramental**; finalmente, a criatividade no uso dos **símbolos**, os quais, conseqüentemente, voltam a adquirir "significação" e "eficácia" decisivas como veículo e mediação da comunhão e da participação. Evidentemente, estes aspectos estão incluídos uns nos outros; não são realidades justapostas. A "divisão" que fazemos aqui é meramente didática, busca a ajudar a ver toda a riqueza da celebração desde óticas distintas.

Nas celebrações litúrgicas dos encontros intereclesiais chama a atenção, em primeiro lugar, a extensão e a intensidade da **participação**. De um encontro para outro constata-se nitidamente o crescimento na participação, que é efeito e manifestação do aprofundamento da consciência eclesial dos membros das CEBs. Como esta consciência não é primordialmente teórica, mas sobretudo prática (é mais uma manifestação — só que agora muito ampliada — da participação a que estão habituados os membros das CEBs nas reuniões menores), ela manifesta-se na medida em que se abrem os espaços para sua eclosão.

Os próprios membros das CEBs foram assumindo progressivamente, ao longo dos quatro encontros já realizados, a preparação da liturgia de cada dia. Numa assembléia, de cem, duzentos ou trezentos fiéis, dos quais mais de duas dezenas eram presbíteros e bispos, quem "co-ordena" o desenrolar da ação litúrgica (ou paralitúrgica) é um leigo. Este fato expressa já, por si só, o amadurecimento da consciência eclesial das CEBs. Um fato inédito, que pode resultar até chocante ou escandaloso para a comum concepção da Igreja dos quatro últimos séculos, mais particularmente para a visão da Igreja reunida para a celebração do culto. Quando se trata da celebração da Eucaristia, quem preside a concelebração é obviamente o bispo;

Igrejas locais (Ver o relatório feito por J. B. LIBANIO em Síntese NF, set./dez. 1978, pp. 93-110). No IV Encontro, realizado em Itaici, SP, nos dias 20 a 24 de abril de 1981, os 184 representantes das CEBs, eleitos em encontros regionais, provinham de 71 Igrejas locais, espalhadas por 19 estados do país (Ver os relatórios de J. B. LIBANIO, no SEDOC de set. de 1981, esp. col. 155-158, e de L. BOFF, na REB 41 (1981) 312-320. Os dados sobre as celebrações litúrgicas destes encontros, a partir dos quais fazemos as nossas as nossas reflexões, estão tomados dos relatórios mencionados, mas não nos pareceu necessário documentar cada uma das nossas afirmações.

mas é o "coordenador" quem vai levando a comunidade toda a participar, "ordenada" e comunitariamente, na celebração. A comunidade reunida em assembléia, isto é, em Igreja, não executa simplesmente um rito, mas celebra sua fé comum.

Momento privilegiado da participação é o da leitura da Palavra de Deus que, depois de ouvida, é comentada comunitariamente. Os cristãos adultos que participam das CEBs comparam espontaneamente o lugar que eles ocupam atualmente nas CEBs com o que lhes era reservado antes, quando só o padre falava. Externando alegria e felicidade, fazem freqüentemente comentários sobre o que significa para eles poder tomar a palavra na Igreja-templo e na Igreja-comunidade; poder dizer publicamente, diante de todos os irmãos reunidos, o que a Palavra de Deus lhes diz cada vez que ela é ouvida em comunidade: consolação na forma de aumento de fé e de esperança, de paciência e de coragem, de caridade que se manifesta na entrega ao serviço dos irmãos. Mas a Palavra de Deus é também para eles juízo, questionamento da vida de cada um e da comunidade eclesial, pela qual cada um se sente responsável; numa palavra: apelo à conversão.

A participação dos membros das CEBs nas liturgias não é exteriormente forçada, mas espontaneamente desejada: sem censuras nem medos. É uma participação intensa, sentida, e ao mesmo tempo, alegre e descontraída, que se dá não só no momento e na forma da partilha da Palavra, mas também, nas formas mais variadas, em outros momentos da celebração: nas orações, nos cantos, nos gestos, nas encenações etc. Talvez o modo mais facilmente detectável de participação — e certamente o mais profundo eclesiologicamente — é o que se dá pela **comunhão** no Corpo de Cristo. Nos grandes encontros intereclesiais de CEBs praticamente todos os presentes, homens e mulheres, comungam. E a comunhão não é uma rotina, um rito a mais, como não poucas vezes em outros ambientes, por exemplo em certas "missas de jovens". Sem ter nada de pieguice, a piedade eucarística dos membros das CEBs neste encontros impressiona por sua intensidade e seriedade.

Como negar, diante destes fatos, a autenticidade eclesial das CEBs? Nas suas celebrações dá-se a mais densa realização da Igreja. Se for lícito fazer comparações, deveríamos afirmar que nas celebrações das CEBs encontramos, em formas novas, uma realização da Eucaristia como Igreja e da Igreja como Eucaristia que não fica atrás da consciência eclesial da Igreja Antiga, caracterizada por H. de Lubac com a dupla afirmação que se tornou célebre: "A Eucaristia faz

a Igreja e a Igreja faz a Eucaristia”(30). É verdade que nas celebrações das CEBs às vezes não é observada a letra de determinadas rubricas. Nessas “transgressões” não há, porém, a menor intenção de contestação. Todos os gestos, oficiais ou não, pretendem ser — e são de fato — expressões de comunhão na mesma fé, na mesma esperança, no mesmo amor. Por isto, são sinais “eficazes” da comunhão com Deus e com os irmãos, levam à experiência desta comunhão e se prolongam no compromisso, não meramente formal e vazio, mas real e sofrido, de realizar essa comunhão e essa fraternidade no mundo. Ora, isto é, em última análise, o que constitui a essência da Igreja e de sua missão.

— Quando as CEBs se reúnem “em Igreja” para celebrar sua fé redescobre-se a extraordinária riqueza e força dos símbolos. A própria comunidade que vai celebrar o culto escolhe-os ou adapta-os mostrando uma capacidade criativa e um poder de intuição verdadeiramente notáveis. Estas qualidades aparecem mais nas celebrações em que os ritos não estão previamente estabelecidos.

Os símbolos escolhidos para estas celebrações podem ser objetos muito simples de uso cotidiano. Uma corda, um tijolo, um crucifixo, uma Bíblia, ocupando o espaço central da comunidade reunida, adquirem uma extraordinária eloquência para o povo reunido em torno deles. Esses objetos tornam-se realmente “sím-bolos” no sentido etimológico da palavra: sinais de reconhecimento, de identidade, de comunhão. Através deles, cria-se comunidade. Esses objetos tornam-se verdadeiramente “ícones” da presença de Deus; tornam transparente a ação salvífica, o amor de Deus, que é experimentado como atravessando as vidas dos celebrantes nos seus momentos mais significativos.

Mesmo na celebração da Eucaristia, cuja ação já está pré-fixada nos seus diversos passos, a intensidade da participação dos membros das CEBs abre um amplo espaço para a criatividade no uso dos símbolos. Num dia pode ser mais acentuado o rito penitencial. Este rito é levado muito a sério pelas CEBs que têm uma consciência muito viva na presença do pecado na própria comunidade, na Igreja e no mundo. O pecado, a infidelidade, a injustiça, adquirem nessas celebrações rostos e nomes concretos(31). Ora, a prática da penitên-

(30) Ver H. DE LUBAC, *Méditation sur l'Église*, Paris, 1954, pp. 123-137.

(31) Qualquer agente de pastoral que tenha tido uma convivência um pouco prolongada com as CEBs poderia relatar exemplos de conversão, de confissão dos próprios pecados, semelhantes aos relatados no precioso livrinho de Cl. BOFF, *Deus e o homem no Inferno Verde. Quatro meses de convivência com as CEBs de Acre*, Petrópolis 1980, pp. 87-91.

cia é uma forma fundamental de "edificação" da comunidade, de re-construir a comunhão eclesial(32). Daqui, sua importância para a formação da consciência eclesial, particularmente para a formação e aprofundamento da consciência da Igreja como "Povo santo e pecador"(33). — Noutro dia é mais explicitado o gesto do abraço da paz. Na celebração do encerramento do terceiro encontro intereclesial, por exemplo, os representantes de duas comunidades sorteadas se abraçam um ao outro, prometendo, em nome de suas comunidades, "estabelecer uma relação especial entre elas, seja por correspondência, seja por visitas, mas sobretudo pelo vínculo da fé e da oração"(34). — Noutro dia ainda, pode ser dado um espaço maior ao memorial, que está constitutivamente no centro da celebração eucarística(35). Faz-se "memória" dos profetas e dos confessores que, como na Igreja dos primeiros séculos, sofreram perseguições, maus tratos, prisões e torturas por causa de sua fidelidade ao Evangelho(36). Faz-se "memória" dos mártires das Igrejas de hoje, que deram seu sangue por causa do amor e da justiça do Reino(37). São lidos textos ou relatos das perseguições e martírios dos profetas, confessores e mártires da Igreja de hoje, alguns dos quais os participantes conhecem ou conheceram; por isso suas "memórias" têm uma extraordinária força de co-mover, de pôr em movimento, a co-

-
- (32) Ver o estudo recente de M. DE FRANÇA MIRANDA, *Impasse e Chance do Sacramento da Penitência*, em *Perspectiva Teológica*, maio/agosto 1982, pp. 139-160.
 - (33) Oração Eucarística V (do Congresso Eucarístico de Manaus).
 - (34) Ver o relatório sobre o III Encontro de J. B. LIBANIO, *loc. cit.*, p. 106.
 - (35) Ver o estudo, já clássico, de M. THURIAN, *L'Eucharistie. Mémorial du Seigneur, Sacrifice d'action de grâce et d'intercession*, 2ª ed., Paris 1963, e o artigo recente de G. PALEMENT, *Que signifie "Faire mémoire"?*, em *Prêtre et Pasteur*, 84 (1981) 94-102.
 - (36) A cena dos "confessores" abençoando a comunidade toda, descrita por J. B. LIBANIO no relatório do II Encontro, *loc. cit.*, p. 127, é comparável, pela autenticidade da devoção e pela força do exemplo, às cenas análogas da Igreja Antiga.
 - (37) Sobre a teologia e a espiritualidade do martírio tem-se escrito bastante na América Latina nestes últimos anos. Dentre os estudos mais recentes podem ver-se: J. SOBRINO, *El testimonio de la Iglesia en América Latina. Entre la vida y la muerte*, em *Resurrección de la verdadera Iglesia. Los pobres, lugar teológico de la eclesiología*, Santander, 1981, pp. 177-209; *Significado teológico de la "Persecución a la Iglesia": A propósito de la Arquidiócesis de S. Salvador*, *ibid.*, pp. 243-266; J. HERNÁNDEZ PICO, *El martirio hoy en América Latina: escándalo, locura y fuerza de Dios*, em *Diakonia*, oct. 1982, pp. 37-54.

munidade toda seguindo as pegadas dessas testemunhas do Evangelho, desses seguidores de Jesus Cristo; é uma força que se, por um lado, julga e questiona, por outro lado, consola e encoraja. E sempre edifica a Igreja, aprofunda a consciência eclesial, aperta mais os laços que unem efetiva e afetivamente à Igreja.

A participação criativa dos membros das CEBs na celebração do culto ocupa, como já indicamos acima, um espaço maior nas celebrações que não estão presas a um ritual prefixado que tem que ser seguido de perto. Ao celebrar uma via-sacra, por exemplo, em cada estação pode ser representada uma cena da história real da paixão do povo que está nesse momento fazendo a sua via-sacra (sua porque do seu Jesus, Cristo e Senhor; e sua porque o Cristo que caminha para a Cruz se identifica com todos os injustiçados e crucificados). As histórias da paixão, que são narradas — é importante notá-lo — dentro de uma celebração; as lutas pela justiça, as reivindicações dos direitos dos pobres, fazem parte da consciência eclesial, mas não na forma de um dualismo maniqueísta ou qumraniano. Todas lutas relatadas nas encenações e dramatizações, nos cartazes, nos cantos e nas orações estão envolvidas pelas “virtudes” (isto é, pela força) da perseverança e da confiança cristãs.

Através de todos estes gestos, símbolos e ritos aprofunda-se a consciência eclesial, o espírito de pertença à Igreja dos participantes, que se sentem mais encorajados para enfrentar os riscos que leva consigo a missão evangelizadora da Igreja no seguimento de Jesus.

3. Reflexão teológica de fundo sobre as críticas feitas à eclesialidade das CEBs

A eclesialidade das CEBs, cuja realidade vivida julgamos haver mostrado convincentemente nos dois números precedentes, é, não raro, posta em dúvida e até virulentamente negada. As acusações procedem sobretudo de meios externos às comunidades cristãs. Porque elas têm uma divulgação muito ampla, através de alguns grandes jornais e revistas, e recentemente também através de publicações anônimas, é necessário perguntar-se quais são os “fundamentos”, as raízes dessas acusações que, por serem tão graves, não podem ser deixadas sem resposta (38). Analisemos, como primeira aproximação, as condições de eclesialidade que, referindo-se a elas, elenca

(38) Não nos parece necessário documentar detalhadamente aqui estas “críticas”, pois seu conteúdo é suficientemente conhecido dos leitores, através dos meios de comunicação.

Paulo VI no nº 58da Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*(39).

A consciência eclesial das dezenas de milhares de CEBs que existem atualmente no Brasil é contemporânea de seu nascimento. Eclesiais por sua origem, conservam-se em comunhão com seus legítimos pastores e foram reconhecidas, reafirmadas e incentivadas como comunidades eclesiais pelo magistério episcopal desses mesmos pastores reunidos em Medellín e em Puebla(40). Globalmente consideradas, nas CEBs encontram-se todos os critérios de eclesialidade enumeradas por Paulo VI na Exortação Apostólica mencionada. Não se caracterizam por um "espírito de crítica acerba em relação à Igreja" nem por uma atitude de contestação radical da hierarquia ou Igreja "institucional". Justamente porque nas CEBs se verificam, com as falhas inevitáveis aqui e acolá, as condições de eclesialidade enumeradas por Paulo VI, elas são já, atualmente, "um lugar de evangelização para benefício das comunidades mais amplas, especialmente das Igrejas particulares, e (...) uma esperança para a Igreja universal". As CEBs estão já correspondendo "à sua vocação mais fundamental: de ouvintes do Evangelho que lhes foi anunciado e de destinatárias privilegiadas da evangelização, elas próprias (tornaram-se já)(41) anunciadoras do Evangelho".

Paulo VI fala das CEBs, como acabamos de ver, dentro do contexto da missão evangelizadora da Igreja. Relação significativa sobre a qual importa refletir teologicamente. Em última instância, a razão de ser da Igreja, das CEBs que se sentem e são Igreja, é viver e testemunhar o Evangelho. O critério último para julgar a densidade eclesial das CEBs e o papel que elas desempenham na Igreja é, portanto, o grau de sua vivência do Evangelho e de seu serviço à causa do Evangelho. A eclesialidade é um valor relativo, no sentido de que é a *conditio sine qua non* para viver e testemunhar o Evangelho de Jesus Cristo, que é o valor absoluto, obedecendo ao qual, na obediência da fé, somos salvos.

(39) O nº 58 da EN é o primeiro grande texto do magistério pontifício sobre as CEBs. Dele estão tomadas as frases entre aspas do parágrafo que segue acima. Por falta de espaço não analisamos a mensagem às CEBs deixada por João Paulo II por ocasião de sua viagem ao Brasil em 1980.

(40) Ver nosso artigo sobre a origem eclesial das CEBs no número de dezembro deste ano da revista *Convergência*.

(41) No texto da EN o verbo está no futuro: "se tornarão sem tardança". Nesta frase, como nas outras duas sublinhadas do mesmo parágrafo, modificamos o tempo do verbo para o presente por considerar que as CEBs estão já realizando a missão evangelizadora que no texto de Paulo VI é condicionada à sua eclesialidade.

A nosso ver, uma crítica (no sentido etimológico de uma reflexão que discerne para emitir depois um juízo) que queira analisar e compreender **teologicamente** a fundo as raízes de onde surgem as desconfianças e incompreensões, as acusações e "críticas" feitas às CEBs, e mais particularmente as negações de sua eclesialidade e de sua fidelidade à Igreja, deve começar por aqui: pela reflexão sobre a relação entre as comunidades de base e evangelização. Se esta relação não for elucidada teologicamente, permanecerão e se agravarão cada vez mais as ambigüidades, as confusões, a "areia (ou a trave) nos olhos". Estamos convencidos que o que impede a visão límpida das CEBs, o que perturba e deforma, obnubila e até cega a visão de seus "críticos" mais radicais, é precisamente a limpidez, a transparência e a força evangélicas que elas possuem como o seu dom mais precioso. Isto soa como um paradoxo. E é um paradoxo. E não é de se estranhar. O caráter paradoxal do Evangelho está no centro de toda a teologia do Novo Testamento, especialmente na dos seus dois maiores teólogos: João, segundo o qual a Luz torna cegos aqueles que não a querem receber; e Paulo, segundo o qual o Evangelho por ele pregado é escândalo para os "judeus" e estupidez para os "gregos". Para aqueles, porém, que têm os olhos e o coração abertos e puros é evidente, é transparente, que o Evangelho da libertação dos pobres, proclamado por Jesus no discurso programático da sinagoga de Nazaré (Lc 4, 16-22), "realiza-se hoje" (Lc 4, 21), torna-se realidade, através das CEBs; entre os milhões de deserdados e marginalizados das periferias das grandes cidades e dos vastos interiores do Brasil e da América Latina.

Com nossa apologia, feita em alguns momentos *cum ira et passione*, da eclesialidade e da autenticidade evangélica das CEBs não queremos negar — já o assinalamos uma vez — que nelas tenham existido, existam e continuem a existir tensões e conflitos, dificuldades e riscos, falhas e erros. Como a Igreja na qual estão inseridas, as CEBs não estão imunizadas nem contra as tentações nem contra o pecado. Já nos ensinava Santo Agostinho, que a Igreja terá sempre motivos para repetir, até a parusia, o pedido do Pai-Nosso: "Perdoai-nos nossas ofensas".

Mas não é contra esta realidade do pecado na Igreja, e portanto também nas CEBs, que se dirigem as críticas a que nos estamos referindo. O que, paradoxalmente, suscita as avalanches de acusações contra as CEBs são precisamente suas **práticas evangélicas**. Isto, obviamente, não pode ser confessado. Então, consciente ou inconscientemente, erguem-se construções imaginárias ou caricaturas irre-

conhecivelmente distorcidas às quais se dá o nome de CEBs e contra as quais se dirigem as acusações. Ora, precisamente por isto mesmo, os ataques mais violentos e as críticas mais virulentas não atingem as CEBs reais. Tais ataques, na intenção, estão dirigidos, sim, contra as CEBs; mas de fato, não. As construções às quais acabamos de nos referir, podem ter sua origem na ignorância ou na ideologia, isto é, na defesa de interesses ameaçados. Em ambas hipóteses as acusações não provam nada porque toda a construção da argumentação repousa sobre premissas falsas. O que na verdade assusta nas CEBs é o papel que elas estão desempenhando, e estão chamadas a desempenhar mais ainda, na missão evangelizadora da Igreja; mais particularmente, nos setores "periféricos" ou "marginalizados" da sociedade(42). Com outras palavras, o que assusta é a relação entre a Igreja, tal como ela se auto-realiza nas CEBs, e a evangelização. Mais claramente ainda: o que assusta é o Evangelho quando ele é levado a sério.

A consciência eclesial latino-americana vem sendo marcada nos últimos anos pelo que Gustavo Gutiérrez chama "a irrupção do pobre"(43). Desde as periferias para onde foram e são empurrados econômica, política, social e culturalmente, os pobres levantam sua voz, reivindicam seus direitos, lutam pela vitória de suas esperanças. Os pobres que irrompem na sociedade irrompem também na Igreja, fazem sentir nela sua voz e configuram com sua cultura própria as formas de expressão de sua fé cristã. De nossa parte estamos convencidos que o mesmo Espírito que ungiu Jesus para evangelizar os pobres, curar os doentes, consolar os aflitos, reconciliar os pecado-

(42) Ao escrever estes dois adjetivos entre aspas queremos chamar a atenção para o fato de que, na realidade, esses setores, pelo seu volume territorial e populacional, não são periféricos, não estão na margem, mas ocupam o centro da sociedade. Desde este ponto de vista realista, os que ocupam as margens são os 5% de ricos, aos quais se podem somar ainda os 20% de remediados.

(43) Ver *Comunidades Cristianas de Base. Perspectivas eclesiológicas*, conferência pronunciada no IV Congresso Internacional Ecumênico de Teologia, realizado em São Paulo de 21 de fev. a 2 de março de 1980, e cujo texto foi publicado na revista *Páginas*, maio 1980, pp. 3-13. Integramos no nosso texto algumas das idéias centrais desta exposição de G. Gutiérrez, embora a elaboração neste contexto seja de nossa inteira responsabilidade; ver ainda *I grandi mutamenti all'interno della società e delle chiese di nuova cristianità dopo el Vaticano II*, conferência feita durante o Colóquio Internacional realizado em Bolonha de 8 a 17 de abril de 1980, publicada depois no volume *L'Ecclesiologia del Vaticano II: dinamismi e prospettive*, Ed. Dehoniane, Bolonha, 1981, pp. 23-36.

res, numa palavra: libertar os cativos e oprimidos de qualquer forma de cativo e opressão, é também quem está convocando, isto é, fazendo nascer e crescer sua Igreja com "os não-convidados ao banquete", entre os desprezados e "condenados da terra".

Esta "irrupção dos pobres" é sentida atualmente como agressiva e insuportável por causa do caráter coletivo com que ela se apresenta. A novidade da atual presença dos pobres no cenário da história latino-americana está na solidariedade com que eles proclamam a consciência que eles têm da opressão e marginalização de que são vítimas e na solidariedade da sua não-resignação diante dessa situação. A expressão de tal consciência só pode ser vista pelo **status quo** de um sistema político, econômico e social montado todo ele para favorecer uma minoria privilegiada, como assustadora e perigosa. Se quer permanecer fiel ao Evangelho do qual é portadora e anunciadora, a Igreja da América Latina tem que permanecer fiel à opção preferencial pelos pobres, sem recuar um só passo diante das ameaças, calúnias e perseguições dos que se sentem ameaçados nos seus privilégios.

A Igreja tem que ser fiel a Deus e a si mesma como Povo de Deus que ela é. Ora, o Povo de Deus que ela é, é o Povo de Deus que se reúne nas CEBs. E esse povo é um **povo ao mesmo tempo oprimido e crente**(44), que vai aprofundando, também ao mesmo tempo, a consciência de sua opressão e de sua fé. Esta simultaneidade é sentida por ele como contraditória: a situação **estrutural** de miséria e de opressão é absolutamente incompatível com a dignidade dos filhos de Deus, com o Reino de justiça e de misericórdia que constitui o centro mesmo da mensagem, da pessoa e da missão de Jesus, o Messias dos pobres. Crer, portanto, no Evangelho proclamado por Jesus, acolher a mensagem do Reino anunciado como libertação, implica a entrega à "nobre luta" (João Paulo II) da construção da fraternidade entre todos os homens, da construção da justiça do Reino, absolutamente incompatível com as situações estruturais de injustiça.

Com as reflexões que acabamos de fazer, premeditadamente pouco desenvolvidas, não pretendemos convencer os detratores das CEBs que constroem suas "argumentações" a partir de interesses

(44) Também este tema ocupa um lugar central nos últimos escritos de G. Gutiérrez. Além dos textos citados na nota anterior, ver o artigo *Un pueblo oprimido y creyente y las Comunidades Cristianas de Base*, em Puebla, dez. 1981, col. 926-933.

ideológicos (Os caminhos a serem percorridos nestes casos não são os da demonstração mas os da conversão). Pretendemos simplesmente, em primeiro lugar, confirmar as próprias CEBs nas sua caminhada e, em segundo lugar, trazer um pouco de luz e de clareza para eventuais desinformados ou mal-informados de boa vontade.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

As afirmações que fizemos em defesa da eclesialidade das CEBs ao longo de todo este artigo não devem ser entendidas como a negação da existência de dificuldades, tensões e até conflitos nas próprias CEBs e nas relações que elas têm com outras comunidades, com a Igreja local ou eventualmente com a Igreja universal. Tudo isto é inerente à existência e à missão da Igreja na história. Dificuldades e tensões existiram na Igreja desde a segunda-feira de Pentecostes e continuarão a existir até o dia da Parusia. O que afirmamos é que a pertença à Igreja não é suportada pelas CEBs como um fardo que oprime, mas é vivida como uma graça que encoraja e que entusiasma, que cria laços de fraternidade e de comunhão nas mesmas esperanças.

A relação das CEBs com a Igreja, sua consciência eclesial, está como que espontaneamente envolvida pelo afeto. As CEBs não só se autodefinem geralmente "Comunidades Eclesiais de Base", mas autocompreendem-se sempre como tais. Aqueles que delas participam sentem-se membros da mesma Igreja, em comunhão com a Igreja universal e co-responsáveis por sua unidade. A consciência de ser Igreja é para os membros das CEBs, por assim dizer, um dado não problemático, mas uma pacífica possessão.

A eclesialidade das CEBs não é, porém, sentimental. É uma eclesialidade responsável. Este é o sentido profundo que tem a expressão tão repetida nas CEBs: "A Igreja somos nós". Ela traduz a consciência sentida de pertencer à Igreja, de ser Igreja e, conseqüentemente, de sentir-se responsável por ela.

A partir daqui têm que ser interpretadas as críticas que às vezes as CEBs fazem à Igreja no nível da própria CEB, da Igreja diocesana ou da Igreja universal. Nos poucos casos em que são expressas, essas críticas são francas, podem chegar a ser duras, mas nunca são agressivas. E não são feitas desde fora, mas sentidas e doídas deste dentro; não são críticas amarguradas, ressentidas e mórbidas, mas nascidas do amor e animadas pela esperança.

Nas CEBs a eclesialidade é mais sentida e praticada do que reflexamente pensada. Não é uma eclesialidade definida abstratamente, mas historicamente praticada, e, por isso mesmo, profundamente autocompreendida. Todos os membros das CEBs sabem o que é pertencer à Igreja a partir da auto-expressão da Igreja nas suas práticas intra e extra-ecclesiais, institucionais ou não-institucionais, ainda que sejam incapazes de dar uma definição teórica da eclesialida-

de(45). As CEBs aplica-se inteiramente uma das expressões usadas por Paulo VI para caracterizar a eclesialidade das pequenas comunidades de base: "reúnem-se em Igreja, para se unir à Igreja e para fazer aumentar a Igreja"(46). Efetivamente, as CEBs sentem com a Igreja porque sentem afetivamente a Igreja. Sua consciência eclesial está enraizada na comunhão, sincrônica e diacrônica, com a Igreja, ao mesmo tempo que, dialeticamente, enriquece essa comunhão.

As duas práticas da eclesialidade intra-eclesial que esperamos haver mostrado de maneira convincente neste artigo, realizam-se em todas as comunidades. Não existem, porém, duas CEBs iguais. Nascidas quase todas por iniciativa da Igreja "institucional", cada CEB vai crescendo e se fortalecendo (e algumas definindo) marcada pela história, individual e social das pessoas que a formam e no confronto com os problemas e desafios do meio em que cada uma delas se encarna, do chão da vida em que está plantada. Esta **lei de encarnação** é um dos sinais que atestam a presença nas CEBs do Espírito, que cria sempre um corpo para sua ação no mundo. Por outro lado, as CEBs são também edificadas segundo a **lei da liberdade**. A extraordinária variedade de formas de ação, de estruturação e de re-estruturação, a espontaneidade criativa das CEBs atestam também que está presente e atuante nelas o **Spiritus Creator**, o Espírito do Senhor ressuscitado que sopra onde, quando e como quer (Jo 3, 8), que não pode ser enquadrado dentro de nenhum cronograma ou esquema rígido, porque "onde está o Espírito do Senhor, aí está a liberdade" (2 Cor 3, 17). A presença nas CEBs destas duas leis fundamentais da vida cristã pode ser vista como o testemunho ou o "argumento" mais convincente de sua eclesialidade.

ENDEREÇO DO AUTOR:

Av. S. Francisco, 1645
Cx. P. 5047 - Venda Nova
30.000 - Belo Horizonte, MG

-
- (45) Sobre a consciência que as CEBs têm de si mesmas, tal como ela se manifestou no IV Encontro de Itaici, ver o breve mas rico estudo do sociólogo P. A. RIBEIRO DE OLIVEIRA, *Realizar Igreja Hoje: As CEBs*, em REB, dez. 1981, pp. 654-659.
- (46) EN, 58. A eclesialidade das CEBs no Brasil, globalmente consideradas, é enfaticamente reconhecida no recente artigo do Cardeal Eugênio de ARAÚJO SALES, *Comunidades Eclesiais de Base*, na ed. brasileira da revista *Communio*, set./out. 1982, pp. 373-390.